



## O PROGRAMA NACIONAL DE ALFABETIZAÇÃO NA REFORMA AGRÁRIA (PRONERA) EM MATO GROSSO DO SUL E A CONTRIBUIÇÃO NA POLÍTICA DE FORMAÇÃO DOS CAMPONESES

Onivan de Lima CORREA (PPGE, UCDB)<sup>1</sup>

Celeida Maria Costa de Souza e SILVA ( PPGE, UCDB)<sup>2</sup>

**RESUMO:** O presente artigo busca discutir a importância do Programa Nacional de Alfabetização na Reforma Agrária (PRONERA) em Mato Grosso do Sul e a contribuição na política de formação para os assentados. O texto resulta de uma pesquisa para dissertação, intitulada: “Política de formação de professores do campo: a Licenciatura em Ciências Sociais na Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD) (2008-2012)”, apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação – Mestrado e Doutorado - da Universidade Católica Dom Bosco, vinculada à linha 1 “Política, Gestão e História da Educação” e ao Grupo de Pesquisa “Política de Formação e Trabalho Docente na Educação Básica (GEFORT), que está disponível no Banco de Dissertação e Teses da UCDB. Adotamos como procedimentos metodológicos, a pesquisa bibliográfica e a documental, além de entrevistas baseadas em questões semiestruturadas. Foram entrevistados a coordenadora da licenciatura, um professor do curso e dois integrantes de Movimentos Sociais, que participaram do processo de elaboração e implementação do curso da UFGD. Apresentam-se como aporte teórico: Alencar (2010), Arroyo (1999), Caldart (2008), Mészáros (2006), Molina (2005), dentre outros, que debatem sobre Políticas Educacionais, Educação do Campo e Movimentos Sociais. Os estudos e a pesquisa realizada permitem-nos afirmar que o PRONERA foi essencial para que o Governo Federal pudesse incorporar no ministério da Educação a Política de Formação da população camponesa, em específico os professores. Porém, não basta termos a legislação nacional, é importante em cada estado a articulação e o envolvimento da sociedade por meio dos movimentos sociais do campo em defesa da reforma agrária e em defesa da formação dos trabalhadores.

**PALAVRAS-CHAVE:** PRONERA; Educação do Campo; Política de Formação.

---

<sup>1</sup> Doutorando em Educação (PPGE/UCDB) onivanpjr@hotmail.com

<sup>2</sup> Docente do PPGE da UCDB celeidams@uol.com.br

## **O Programa Nacional de Alfabetização na Reforma Agrária (PRONERA) e a política de formação**

O presente artigo é fruto da dissertação de Mestrado intitulada: “Formação de Professores em Educação do Campo: a Licenciatura em Ciências Sociais na Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD) (2008-2012)”. A presente dissertação está inserida no Programa de Pós-Graduação em Educação - Mestrado e Doutorado da Universidade Católica Dom Bosco (UCDB), na Linha de Pesquisa Política, Gestão e História da Educação e no Grupo de Estudo e Pesquisa Política de Formação e Trabalho Docente na Educação Básica (GEFORT), defendida em 2017.

Em um estado do latifúndio, marcado pela concentração de terras, pela expansão do Agronegócio e pela resistência de muitos camponeses, reivindicações surgiram em defesa de uma Educação que respeite a identidade camponesa, em diversos cantos de Mato Grosso do Sul. É vigente analisar e compreender a presença dos sujeitos do campo na cena política e cultural, pois são os protagonistas dessa história de luta e resistência, contribuíram e contribuem por uma escola do campo “que não seja apenas um arremedo da escola urbana, e sim, uma escola que esteja atenta aos seus sujeitos específicos” na efetivação de políticas públicas em defesa de uma Educação de qualidade (ROCHA, 2014, p. 40).

A introdução do debate sobre Educação do Campo se fortalece a partir de meados da década de 1990, precisamente após a realização da I Conferência Nacional de Educação do Campo (ALENCAR, 2010), para tentar diminuir a grande massa de pessoas que deixavam o campo em busca de condições “melhores nas cidades”. Para Silva Júnior (2007):

O Estado, nesse sistema, ocupa lugar central e, portanto, ainda que com autonomia relativa sobre as classes sociais- mostrando-se como representante de todas elas e de seus argumentos-, orienta, induz ou faz tais transformações no âmbito da produção, da economia, da política, da cultura e da educação (SILVA JÚNIOR, 2007, p. 143).

Assim, o estado ocupa um lugar central para definir as políticas que atendam à sociedade. Neste contexto, entram os camponeses reivindicando as políticas públicas educacionais para poder atender aos seus anseios.

Algumas questões nortearam esta pesquisa: Como ocorreu o processo de implantação e desenvolvimento do curso de formação de professores em Educação

do Campo, na Licenciatura em Ciências Sociais na Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD) – (2008 a 2012)? Quais foram os movimentos sociais que participaram do processo e quais as políticas que contemplam a política de formação para professores do campo?

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional Brasileira, Lei nº. 9.394/1996, em seu Art. 62, estabelece que:

Art. 62 - A formação de docentes para atuar na educação básica far-se-á em nível superior, em curso de licenciatura, de graduação plena, em universidades e institutos superiores de educação, admitida, como formação mínima para o exercício do magistério na educação infantil e nos 5 (cinco) primeiros anos do ensino fundamental, a oferecida em nível médio na modalidade normal (BRASIL, 1996)<sup>3</sup>.

No ano de 2002, o Ministério da Educação (MEC) aprova a Resolução CNE/CEB 1, de 03 de abril de 2002, na qual estabelece as Diretrizes Operacionais para escolas do campo. Esta resolução é fruto das lutas dos Movimentos Sociais para garantir que os Artigos 23 e 28 da LDB possam ser materializados, pois não bastava a LDB dar autonomia às escolas do campo para serem diferenciadas, mas assegurar a oferta da Educação do Campo e que a formação de seus professores pudesse ser construída e efetivada.

No governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, foi publicada a Lei n.º 11.502, de julho de 2007, atribuindo à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) a responsabilidade pela formação de professores da Educação Básica e autorizando a concessão de bolsas de estudos e de pesquisas aos participantes de programas de formação inicial e continuada. A proposta do programa é de assegurar a formação dos professores que atuarão ou que já estejam em exercício nas escolas públicas, além de integrar a Educação Básica e Superior, visando à qualidade do Ensino Público. A Lei da Política Nacional de Formação de Professores tem como objetivo expandir a oferta e melhorar a qualidade nos cursos de formação docente.

Em 2006, o Conselho Nacional de Educação (CNE) fez o Parecer CNE/CP n.º 5/2006, que aprecia a indicação do CNE/CP n.º 2/2002 sobre as Diretrizes

---

<sup>3</sup> Alterado pela Lei n.º 12.796, de 2013. Altera a Lei n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional, para dispor sobre a formação dos profissionais da Educação e dar outras providências.

Curriculares Nacionais para Cursos de Formação de Professores para a Educação Básica.

No que se refere ao campo, de acordo com o Parecer CNE/CEB n.º 36/2001, que trata das Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo, o campo, “[...] mais do que um perímetro não-urbano, é um campo de possibilidades que dinamizam a ligação dos seres humanos com a própria produção das condições da existência social com as realizações da sociedade humana.” (BRASIL, 2002).

O documento elaborado pela “1.ª Conferência Nacional: por uma Educação Básica do Campo”, realizada em 1998, em Luziânia/GO, traz no item 30 do texto-base da Conferência que:

Há consenso sobre os dois problemas principais: valorização do magistério e formação dos professores/das professoras. Problemas que não somente do meio rural mas sim de todo o sistema educacional brasileiro [...] é ali que se concentra o maior número de professores leigos, que são mínimas as possibilidades de formação no próprio meio rural, e que de modo geral os programas de formação de professores, incluindo os cursos de Magistério e os cursos superiores, não tratam das questões do campo, nem mesmo nas regiões em que grande parte dos futuros professores seguramente irá trabalhar neste contexto, ou se o fazem, é no sentido de reproduzir preconceitos e abordagens pejorativas.; e quer, por extensão, praticamente inexistem materiais didáticos e pedagógicos que subsidiem práticas educativas vinculadas às questões específicas da realidade do campo (ARROYO, 2011, p. 37).

Em 2004, os Movimentos Sociais e a Confederação Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) realizaram a 2.ª Conferência Nacional da Educação do Campo, em Brasília/DF, trazendo novamente a formação dos professores como um dos desafios a serem superados:

2 - Ampliação do acesso e da garantia de permanência da população do campo à educação superior por meio de uma política pública permanente que inclua como ações básicas: interiorização das instituições de ensino superior, públicas, gratuitas e de qualidade; formas de acesso não excludentes ao ensino superior nas universidades públicas; cursos e turmas específicas para atendimento das demandas de profissionais do campo; concessão de bolsas de estudo em cursos superiores que sejam adequados a um projeto de desenvolvimento do campo; inclusão do campo na agenda de pesquisa e de extensão das universidades públicas; financiamento pelo CNPq, FINEP e outras agências de fomento para pesquisa sobre a agricultura familiar/camponesa e outras formas de organização e produção das populações do campo e, também, sobre a Educação do Campo (DOCUMENTO FINAL DA II CONFERÊNCIA DA EDUCAÇÃO DO CAMPO, 2004).

Sendo assim, no processo de implantação da Educação do Campo, os Movimentos Sociais camponeses desenvolveram e desenvolvem o seu papel, reivindicando dos governantes nos diferentes níveis uma Educação pública e de qualidade para os homens e as mulheres do campo, sujeitos que, durante muito tempo, ficaram esquecidos por projetos e políticas governamentais.

Em 2004, no governo Luiz Inácio Lula da Silva, foi criada a Secretaria de Educação a Distância, Alfabetização e Diversidade (SECAD que, posteriormente, ficou conhecida como SECADI, pois acrescentaram a Inclusão nesta secretaria), para desenvolver ações de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão, em articulação com os sistemas de ensino, objetivando implementar políticas educacionais nas áreas de Alfabetização e Educação de Jovens e Adultos, Educação Ambiental, Educação em Direitos Humanos, Educação Especial, do Campo, Escolar Indígena, Quilombola e Educação para as Relações Étnico-Raciais.

A proposta de formação de professores para o campo é uma luta antiga dos Movimentos Sociais que, em seus congressos, seminários e bandeiras de luta, sempre pautaram por esse direito, ou seja, ter nas escolas do campo profissionais com habilitação específica para o campo.

Mesmo antes da criação da SECAD, o governo federal vinha desenvolvendo algumas experiências de formação para professores do campo por meio do Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (PRONERA), que foi criado em 1998 para ampliar os níveis de escolarização formal dos trabalhadores rurais. Este programa era desenvolvido pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA).

### **O PRONERA como proposta de contribuir na formação nas áreas de reforma agrária**

O PRONERA surge a partir da luta dos Movimentos Sociais, buscando garantir que haja um programa que subsidie os projetos de educação nos assentamentos e comunidades tradicionais. O programa “tem como objetivo geral fortalecer a educação nas áreas de reforma agrária estimulando, propondo, criando, desenvolvendo e coordenando projetos educacionais.” (SANTOS, 2008, p. 97). De acordo com Santos (2008), que traz um balanço do PRONERA de 1998 a 2008:

O Programa de Educação na Reforma Agrária (PRONERA) foi instituído em 16 de abril de 1998, por meio da Portaria n.º 10/98, publicada pelo então Ministério Extraordinário da Política Fundiária. De 1998 a 2002, foi responsável pela escolarização e formação de 122.915 trabalhadores e trabalhadoras rurais assentados e assentadas (SANTOS, 2008, p. 97).

O PRONERA promoveu o acesso de jovens e adultos a diversos programas de escolarização e capacitação. Santos (2008) elucida que:

De 2003 a 2006, promoveu acesso à escolarização e formação para 247.249 jovens e adultos assentados e capacitou 1.016 profissionais egressos dos cursos de ciências agrárias para atuarem na assistência técnica, social e ambiental junto aos assentamentos de reforma agrária e agricultura familiar (SANTOS, 2008, p. 97).

Nos objetivos específicos está “garantir aos assentados e assentadas a escolaridade/formação profissional, técnico-profissional de nível médio e superior”, conforme Santos (2008):

Nos seus objetivos específicos, se propõe a garantir a alfabetização e educação fundamental de jovens e adultos acampados e acampadas e /ou assentados e assentadas nas áreas de reforma agrária; garantir a escolaridade e a formação de educadores e educadoras para atuar na promoção da educação nas áreas de reforma agrária; garantir formação continuada e escolaridade média e superior aos educadores e educadoras de jovens e adultos(EJA) e do Ensino Fundamental e médio nas áreas de reforma agrária; garantir aos assentados e assentadas a escolaridade/formação profissional, técnico-profissional de nível médio e superior em diversas áreas do conhecimento (SANTOS, 2008, p. 98).

Além disso, tem como objetivos específicos “organizar, produzir e editar materiais didático-pedagógicos necessários à execução do Programa; e promover e realizar encontros, seminários, estudos e pesquisas em âmbito regional, nacional e internacional que fortaleçam a Educação do Campo.” (SANTOS, 2008, p. 98). No ano de 2008:

[...] mais de 60 mil jovens e adultos das áreas de reforma agrária participam dos cursos do PRONERA nos diversos níveis, sendo: Educação de Jovens e Adultos: 28.574 trabalhadores/as em 23 projetos/convênio; nível médio técnico, são 5.194 trabalhadores/as em 36 projetos/convênios, envolvendo parceria com mais de 30 universidades públicas, além de Cefets, escolas família-agrícola, institutos de educação e secretarias estaduais e municipais de educação (SANTOS, 2008, p. 98).

No que diz respeito à formação de professores, o PRONERA mostrou que é possível fazer uma formação reduzindo custos, mas sem diminuir a qualidade. Conforme Caldart (2008):

O PRONERA mostrou na prática que é possível pensar a formação dos educadores do campo de outro jeito que não seja a educação a distância, e que não sejam certas alternativas de barateamento da formação que se têm multiplicado em nosso país. Não teríamos chegado à Licenciatura em

Educação do Campo - proposição feita pelo Ministério da Educação (MEC) em 2006 -, formato e concepção de curso, se não tivéssemos realizado as turmas de Pedagogia da Terra. Agora, o papel do PRONERA é tomar posição diante dessa forma construída, abstrair de suas experiências para proposições na dimensão da política pública e da reflexão pedagógica (CALDART, 2008, p. 85).

As experiências realizadas pelo PRONERA em parceria com os Movimentos Sociais, por meio da Pedagogia da Alternância, foram essenciais para mostrar que é possível desenvolver outras práticas no Ensino Superior e que as populações do campo podem ter acesso à formação de Nível Médio e Educação Superior, permanecendo em contato com a luta e o seu território.

### **A Formação dos trabalhadores do Campo e os Movimentos**

No que se refere ao debate e à construção da Educação do Campo, os Movimentos Sociais Camponeses desenvolvem o seu papel de enfrentar o sistema político em defesa de uma educação pública e de qualidade para os homens e mulheres do campo, sujeitos que, durante muito tempo, ficaram esquecidos por projetos e políticas governamentais.

No ano de 1993, iniciou a primeira turma de formação para professores dos assentamentos e comunidades rurais de MS, na qual eram acompanhados pela Associação de Educação Católica do Brasil (AEC) e com o apoio da Comissão Pastoral da Terra (CPT). A manutenção do curso ocorreu graças ao apoio de organizações não governamentais. Além disso, a Secretaria de Estado de Educação também ajudava na contratação dos professores.

De acordo com a entrevista realizada com a representante dos Movimentos Sociais <sup>4</sup>, a Comissão Pastoral da Terra organizou cinco turmas de Magistério/Normal Médio, de 1993 até o ano de 2001. No entanto, em julho de 2004, a CPT, o MST e outros movimentos do campo coordenaram o andamento de duas turmas de cursistas oriundos de diversos assentamentos de MS. Na execução da última turma, o governo do Estado, por meio da Secretaria de Estado de Educação (SED) de MS, esteve mais presente, disponibilizando professores e alimentação, cabendo aos Movimentos Sociais organizarem os alojamentos e ajudarem na coordenação do projeto.

---

<sup>4</sup> Entrevista concedida no dia 05 de outubro de 2016.

A Secretaria de Estado de Educação (SED) apresentou um projeto intitulado: Proposta de Educação do Governo Popular de Mato Grosso do Sul, “Escola Guaicuru: Vivendo uma nova lição (1999-2002)”. A nova gestão assumia o compromisso de que as novas políticas a serem elaboradas ocorreriam mediante um processo participativo, envolvendo os trabalhadores em educação, organizações em defesa da educação e demais componentes da comunidade escolar (MATO GROSSO DO SUL, 2000).

A proposta de Educação do Campo só conseguiu ganhar força, a partir do momento em que a Secretaria de Estado de Educação (SED) criou um setor, que ficou responsável pelo debate e acompanhamento das escolas do campo em MS.

Além disso, criou o Comitê da Educação do Campo, que é composto por integrantes da SED, Universidades e Organizações Sociais ligadas ao campo e à educação, ou seja, novamente, a participação dos Movimentos Sociais é imprescindível nesse processo de construção e implementação da Educação do Campo em MS.

No ano de 2008, a Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD) iniciou o curso de Ciências Sociais, para atender às populações dos assentamentos e para contribuir com a formação de lideranças dos Movimentos Sociais. Conforme o Projeto Político Pedagógico do Curso de Ciências Sociais da UFGD:

Neste sentido, o Curso de Licenciatura em Ciências Sociais, aqui proposto para ser oferecido na Metodologia da Alternância, poderá formar pessoas oriundas de assentamentos de reforma agrária que estejam atuando como educadoras e como lideranças de Movimentos Sociais, capacitando-as para estudar a vida social, a interação e a estrutura sociais, a constituição dos grupos sociais, o desenvolvimento e o funcionamento das comunidades e das sociedades, especialmente, a vida nos assentamentos (PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO DO CURSO DE CIÊNCIAS SOCIAIS DA UFGD, 2008, p. 10).

Em 2013, foi criado:

O curso de Licenciatura em Educação do Campo, proposto pela Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS) em Campo Grande - MS, foi criado em 2013, em resposta à chamada do Ministério de Educação, por meio de ação integrada entre: Secretaria de Educação Superior; Secretaria de Educação Profissional e Tecnologia; Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão, mediante Edital n.º 2 SESU/SETEC/SECADI/MEC, de 31 de agosto de 2012 (UFMS/NEPECAMPO).

No ano de 2013, a UFGD criou o Curso de Licenciatura em Educação do Campo com Habilitação em Ciências da Natureza



## **Políticas de Formação de Professores do Campo após o PRONERA**

Uma política de Educação do Campo<sup>5</sup> requer o reconhecimento de que a cidade não é superior ao campo e é importante a implantação de políticas públicas e estratégias que ajudem a reafirmar as identidades do campo.

As políticas de formação dos professores no Brasil, constantemente, vêm sendo alteradas e, ao longo dos anos 2000, o governo federal, sobretudo, no governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva e da presidente Dilma Roussef, desenvolveram diversos projetos de formação de professores, a saber: Plano Nacional de Formação de Professores da Educação Básica (PARFOR), sendo um Programa emergencial, instituído para atender ao disposto no artigo 11, inciso III do Decreto n.º 6.755, de 29 de janeiro de 2009, que estabelece a Política Nacional de Formação de Profissionais do Magistério da Educação Básica, disciplina a atuação da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) no fomento a programas de formação inicial e continuada, e dá outras providências. Sendo implantado em regime de colaboração entre a CAPES, os estados, os municípios, o Distrito Federal e as Instituições de Educação Superior (IES); Programa de Apoio à Formação Superior em Licenciatura em Educação do Campo (PROCAMPO), tendo como objetivo a implementação de cursos regulares de Licenciatura em Educação do Campo, nas instituições públicas de Ensino Superior de todo o país, voltados especificamente para a formação de educadores para a docência, nos Anos Finais do Ensino Fundamental e Ensino Médio nas escolas rurais. O decreto foi revogado em 2016 com o Decreto n.º 8.752, que dispõe sobre a Política Nacional de Formação dos Profissionais da Educação Básica.

O Programa Nacional de Educação do Campo (PRONACAMPO), instituído pelo Decreto n.º 7.352, de 04 de novembro de 2010, dispõe sobre a política de Educação do Campo e o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (PRONERA). O Programa foi criado com a proposta de apoio técnico e financeiro aos Estados, Distrito Federal e Municípios para a implementação da política de Educação do Campo, visando à ampliação do acesso e à qualificação da oferta da

---

<sup>5</sup> A Educação do Campo possibilita o diálogo entre seus diferentes sujeitos. Segundo Caldart (2004, p. 53), no campo há diferentes sujeitos: pequenos agricultores, quilombolas, povos indígenas, pescadores, camponeses, assentados, ribeirinhos, povos da floresta, lavradores, roceiros, sem-terra, agregados, caboclos, meeiros, assalariados rurais, dentre outros.

Educação Básica e Superior, por meio de ações para a melhoria da infraestrutura das Redes Públicas de Ensino, a formação inicial e continuada de professores, a produção e a disponibilização de material específico aos estudantes do campo e quilombola, em todas as etapas e modalidades de Ensino.

### **PRONERA na Universidade Federal da Grande Dourados**

A Universidade Federal da Grande Dourados está inserida numa região de Mato Grosso do Sul, que tem como marca a disputa pela terra, os conflitos dos fazendeiros com os povos indígenas, localizada na divisa do estado de Mato Grosso do Sul com o estado do Paraná, e na tríplice fronteira: Paraguai, Argentina e Uruguai, local histórico de disputa e de luta em defesa do território.

O campus da UFGD, antes de 2005, pertencia à administração da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS) e iniciou os trabalhos em 1971. Vejamos:

A Universidade Federal da Grande Dourados – UFGD nasceu do desmembramento do Centro Universitário de Dourados, antigo CEUD, campi da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul – UFMS. O CEUD, antes Centro Pedagógico de Dourados – CPD começou a funcionar no município em 1971 e passou a apresentar um elevado índice de crescimento, sobretudo nas décadas de 1980 e 1990 (UFGD, 2017).

O desenvolvimento do Centro Universitário de Dourados, antigo CEUD, Campi da UFMS, ofereceu diversos cursos de Graduação e Pós-Graduação. Conforme o histórico da UFGD:

Na década de 70, o campi de Dourados abrigava os cursos de História, Letras, Agronomia e Pedagogia. Em 1980, foram implantados os cursos de Geografia, Ciências Contábeis e Matemática. Em 1991, o Centro abriga o curso de Ciências Biológicas e nessa década começa a funcionar também o curso de Análise de Sistemas e os primeiros cursos de pós-graduação, o Mestrado em Agronomia e em História. Já em 2000, foram implantados os cursos de Medicina, Direito, Administração, os mestrados em Entomologia e Conservação da Biodiversidade e em Geografia e o primeiro doutorado da região, em Agronomia (UFGD, 2017).

Os cursos foram criados mediante a necessidade da região. A região da Grande Dourados é um espaço para que a universidade pesquise e sistematize dados para contribuir na compreensão das relações entre as comunidades que ali vivem.

Com o programa do governo federal “Avança Brasil” (2000-2003), no qual o país foi delimitado geograficamente em nove eixos nacionais de integração e

desenvolvimento, a cidade de Dourados e seu espaço regional foram inseridos no Eixo Sudoeste e, com isso, fortalece a ideia de criação de uma universidade para atender à demanda da região. Podemos constatar tais informações no histórico da instituição, presente no site da UFGD:

Para atender aos anseios da sociedade regional visando ao desenvolvimento sustentável, surgia então o projeto de criação da UFGD apresentando vocações como responsabilidade cidadã e social; estudos de preservação dos recursos naturais, incluindo a biodiversidade; aplicação do conhecimento científico e tecnológico para exploração do potencial econômico da região; e desenvolvimento da agropecuária e da agroindústria. Aproveitando o Programa de Expansão das Instituições Federais de Ensino Superior no Brasil, do governo federal, cria-se então em 2005 a UFGD, sob tutoria da Universidade Federal de Goiás – UFG, com investimentos públicos em infraestrutura física e de pessoal e na criação de novos cursos de graduação e de pós-graduação, com pretensões de incorporação do Hospital Universitário à estrutura da nova Universidade (UFGD, 2017).

Neste sentido, o Campus que pertencia à UFMS em Dourados, que antes já possuía uma boa estrutura, passa a contar com um espaço maior ainda. De acordo com o Projeto de Lei de Criação da UFGD, “o Campus de Dourados da UFMS oferece doze cursos de Graduação, seis cursos de Especialização, quatro de Mestrado e um de Doutorado, e conta com 125 docentes, 100 dos quais pertencentes ao quadro da carreira da UFMS.” (BRASIL, 2004). De acordo com o Projeto de Lei que criou a UFGD:

Com a implantação da UFGD serão criados vinte e seis novos cursos de Graduação, um de Especialização, três de Mestrado e três de Doutorado, que atenderão a 2.000 alunos, além de concretizar a implantação do Hospital Universitário. O quadro de pessoal previsto para a Universidade compõe-se de 480 cargos de docentes, 96 cargos de médicos, 279 cargos de funcionários administrativos de nível superior e 608 cargos de funcionários administrativos de nível médio (BRASIL, 2004).

Com a expansão das universidades federais, o governo federal abriu uma chamada pública, em 2013, para que as Universidades Federais abrissem vestibulares para Licenciaturas e atendessem à demanda da Educação do Campo por todo país.

O curso de Educação do Campo tem por objetivo a formação dos profissionais da Educação do Campo, buscando “[...] fortalecer a educação [...], com conhecimentos teórico-metodológicos voltados às especificidades, às necessidades e ao desenvolvimento sustentável do campo para a conquista de melhorias na qualidade de vida.” (UFGD, 2017).

Em 2018 a UEMS está em processo de organização de um curso em Agronomia que será desenvolvido em parceria com o PRONERA, conforme consta no site do INCRA de MS:

O curso deve iniciar em fevereiro de 2019, conforme os participantes do evento. São eles o vice-reitor da UEMS, professor Laércio Alves de Carvalho; o prefeito de Glória de Dourados, Aristeu Pereira Nantes; o chefe da Divisão de Desenvolvimento do Incra/MS; Edson Chaparro; o assegurador do Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (Pronera) em Mato Grosso do Sul, Antonio Carlos Flores; e os professores do Campus da UEMS em Glória de Dourados, Rogério da Silva, Walter Luis Bettoni e Edson Talarico Rodrigues. (INCRA, 2018).

O PRONERA continua a desenvolver cursos de formação para os trabalhadores do campo, conforme podemos observar no trecho anterior extraído do site do INCRA. No campo da política de formação de professores não há nenhum projeto aberto para Mato Grosso do Sul. Porém, há diversos projetos em andamento e com editais abertos em diversos estados do Brasil.

### **Considerações Finais**

O Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (PRONERA) em Mato Grosso do Sul contribui para formação dos camponeses que trabalham na roça e também com a formação de professores do campo. No decorrer das entrevistas realizadas para a dissertação os quatro entrevistados mencionaram a importância do PRONERA como entidade financiadora e que a participação de integrantes do INCRA foram efetivas no decorrer da realização dos cursos em Mato Grosso do Sul.

No entanto, diante da diminuição de recursos públicos para as políticas públicas, por parte do governo do Presidente Michell Temer, a política de formação de professores do campo que vinha sendo implantada pelo MEC está sofrendo cortes.

Em MS somente a UFGD está com o curso em andamento, e há previsão de uma nova turma. Os estudos e a pesquisa realizada permitem-nos afirmar que o PRONERA foi essencial para que o Governo Federal pudesse incorporar no MEC, a Política de Formação da população camponesa, em específico os professores. Porém, não basta termos a legislação nacional, é importante em cada estado a articulação e o envolvimento da sociedade por meio dos movimentos sociais do campo em defesa da reforma agrária e em defesa da formação dos trabalhadores.

Diante da negação do MEC e das reitorias para investirem em cursos específicos para as populações do campo não seria melhor continuar a política de formação financiada pelo INCRA?

A formação dos camponeses ainda continua sendo um dos desafios para o governo poder efetivar as políticas públicas, pois não bastam existir leis, projetos e programas para atender à população camponesa, se não houver investimento e interesse dos gestores das universidades.

## Referências

ALENCAR, Maria Fernanda dos Santos. **Educação do Campo e a formação de professores**: construção de uma política educacional para o campo brasileiro. *Ciência & Trópico*, Recife, v. 34, n. 2, p. 207-226, 2010. Disponível em: <<https://periodicos.fundaj.gov.br/CIC/article/view/868/589>>. Acesso em: 10 set. 2016.

ARROYO, Miguel Gonzales; FERNANDES, Bernardo Mançano. **A Educação Básica e o Movimento Social do Campo**: por uma Educação do Campo. ANCA: Brasília, 1999.

BRASIL. **Lei n.º 9.394**, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília: Diário Oficial da União, 1996.

\_\_\_\_\_. **Diretrizes Operacionais para a Educação do Campo** n.º 01, de 03/04/2002. Resolução CNE/CEB n.º 1: Diretrizes Operacionais para a Educação do Campo. Brasília, 2002.

\_\_\_\_\_. INCRA. **Convênio para curso de Agronomia pelo Pronera recebe ajustes em Mato Grosso do Sul. 2018**. Disponível em: <http://www.incra.gov.br/noticias/convenio-para-curso-de-agronomia-pelo-pronera-recebe-ajustes-em-mato-grosso-do-sul>. Acessado em: 03-05-2018.

CALDART, Roseli Salete. **Sobre Educação do Campo**. In: SANTOS, Clarice Aparecida dos et al. (Org.). *Educação do Campo: campo - políticas públicas - educação*. Brasília: Incra ; MDA, 2008.

CORREA, Onivan de Lima. **Formação de professores em Educação do Campo**: a Licenciatura em Ciências Sociais na Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD) (2008-2012). Campo Grande, 2017. 146 p. Dissertação (Mestrado) Universidade Católica Dom Bosco - UCDB.

**Declaração final Da II Conferência Por Uma Educação do Campo**. Disponível em: <<http://web2.ufes.br/educacaodocampo/down/cdrom1/pdf/014.pdf>>. Acesso em: 20 jan. 2017.

MATO GROSSO DO SUL. **Constituinte Escolar**: Construindo a Escola Cidadã. Caderno Temático Educação do Campo. Caderno 7. 2000.

MATO GROSSO DO SUL, **Lei n.º 4.621**, de 22 de dezembro de 2014. Aprova o Plano Estadual de Educação de Mato Grosso do Sul, e dá outras providências. Mato Grosso do Sul, 2014.

MESZÁROS, István. **A Teoria da Alienação em Marx**. São Paulo: Boitempo, 2006.

MOLINA, Mônica Castagna. **Residência Agrária**: Estratégias e Concepções. In: MOLINA, Mônica Castagna et al. (Orgs.). **Educação do Campo e Formação Profissional**: a Experiência do Programa Residência Agrária. Brasília: MDA, 2009.

NEPECAMPO - **Núcleo de Estudos e Pesquisas da Educação do Campo**. Disponível em: <<http://nepecampo.wixsite.com/ufms/news-and-events>>. Acesso em: 10 set. 2016.

ROCHA, Helianane Oliveira. **Da Educação Rural à Educação do Campo**: as “Velhas” Lutas Políticas como Espaço de Emergência de Novos Conceitos. 2009. Disponível em: <<http://www.humanas.ufpr.br/site/evento/SociologiaPolitica/GTs-ONLINE/GT7%20online/velhas-lutas-politicas-HeliananeRocha.pdf>>. Acesso em: 08 jan. 2017.

SANTOS, Clarice Aparecida. **Por uma Educação do Campo**. Brasília: INCRA, 2008.

SILVA JÚNIOR, João dos Reis. **O longo período do Esgarçamento do Pacto Social Liberal**. In: LOMBARDI, José Claudinei; SANFELICE, José Luís (Orgs.). Liberalismo e educação em debate. Campinas: Autores Associados, 2007.

UFGD. **Licenciatura em Educação do Campo.** Disponível em:  
<[http://portal.ufgd.edu.br/cursos/licenciatura\\_ciencias\\_natureza](http://portal.ufgd.edu.br/cursos/licenciatura_ciencias_natureza)>. Acesso em: 08 set. 2016.

\_\_\_\_\_. **Histórico da Universidade Federal de Mato Grosso Do Sul.** Disponível em:  
<<http://portal.ufgd.edu.br/aufgd/historico>>. Acessado em: 10 jan. 2017.

\_\_\_\_\_ **Projeto de criação da UFGD.** Disponível em:  
<<http://files.ufgd.edu.br/arquivos/portal/ufgd/arquivos/aufgd/projeto-lei-ufgd.pdf>>. Acesso em:  
10 set. 2016.